

**PPGD/UFC, AVALIAÇÃO DOS PROJETOS, LINHA 01, em 24.10.2020**

	<b>TÍTULO DO PROJETO (MESTRADO)</b>	<b>Prof. GÉRSON</b>	<b>Prof. HUGO</b>	<b>Prof. MARCIANO</b>	<b>NOTA (Média)</b>
1	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO: o direito à proteção de dados pessoais do empregado e a discriminação algorítmica laboral	9,5	9,5	9,5	9,5
2	GREVE POLICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: CONSTITUCIONALIDADE, ALCANCE E FUTURO DA	9,1	9	9	9,0
3	COTAS UNIVERSITÁRIAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: NOVOS PARADIGMAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS.	9	9	9	9,0
4	Criminalidade feminina e o comércio de entorpecentes: uma análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	9	9	9	9,0
5	FILHAS ÓRFÃS DE PAIS VIVOS: O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO.	9	9	9	9,0
6	Investigação sobre a forma de criação de valor das empresas digitais e a sua equivalência em face das empresas tradicionais sob a luz da Constituição Federal de 1988: um possível desrespeito ao princípio constitucional da isonomia?	9	9	9	9,0
7	JUIZ DE GARANTIAS: OS DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA CHILENA.	9	9	9	9,0
8	O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Mecanismos jurídico-regulatórios para a efetivação do princípio da igualdade no contexto dos algoritmos de tomada de decisão	9	9	9	9,0
9	TRIBUTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E AS MATRIZES CONSTITUCIONAIS DO ICMS E DO ISS: SOLUÇÕES PARA PRESERVAR A AUTONOMIA FEDERATIVA	9	9	9	9,0
10	APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	8,7	8,5	8,5	8,6
11	DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL ENTRE 2005 E 2020	8,5	8,5	8,5	8,5
12	ENTRE A TUTELA INFANTO-JUVENIL E A RESPONSABILIDADE PENAL APLICÁVEL À ADOLESCÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	8	8,5	9	8,5
13	OS DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE DO ALGORITMO: OS RISCOS DA TECNOLOGIA FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS	8,5	8,5	8,5	8,5
14	TRANSFEMINICÍDIO EM FORTALEZA-CE: (IN)APLICABILIDADE DA LEI 11.340/2006 SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	8,5	8,5	8,5	8,5
15	UBERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS NOVOS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ	8,5	8,5	8,5	8,5
16	O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: O FORMATO DA SINDICÂNCIA NO BRASIL PÓS-REFORMA TRABALHISTA E A (IN)EFETIVA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	8,4	8,5	8,5	8,5
17	AS IMPLICAÇÕES DA LGPD NAS RELAÇÕES DE LABOR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	8,3	8,5	8	8,3
18	O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	8,3	8,5	8	8,3

19	A OAB E A ADVOCACIA NEGRA: TERRITÓRIO PARA UMA ORDEM PLURAL E DEMOCRÁTICA?	8	8	8	<b>8,0</b>
20	O DIREITO E A AUTONOMIA DA MULHER FRENTE AO JULGAMENTO SOCIAL, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	8	8	8	<b>8,0</b>
21	O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E LIBERDADE E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA PROBLEMÁTICA A LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	8	8	8	<b>8,0</b>
22	O DIREITO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO E O ASSÉDIO SEXUAL POR INTIMIDAÇÃO	7,5	8,5	8	<b>8,0</b>
23	O PRINCÍPIO DA "IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA" SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, UM LEVANTAMENTO DE SUA EFETIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS.	7,5	8,5	8	<b>8,0</b>
24	PODER PÚBLICO LOCAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E REGULAÇÃO EM FORTALEZA E BRASÍLIA (2020-2021)	8	8	8	<b>8,0</b>
25	POLÍTICAS CRIMINAIS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O ABUSO INFANTIL	8	8	8	<b>8,0</b>
26	A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PÓS REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	7,8	8	7,5	<b>7,8</b>
27	A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO CEARÁ A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA	7,3	7,5	7	<b>7,3</b>
28	O ACESSO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) AO MERCADO DE TRABALHO	7,3	7,5	7	<b>7,3</b>
29	A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE LGBT+	6,5	7,5	7	<b>7,0</b>
30	A PROTEÇÃO DEFICIENTE PROPORCIONADA PELO ESTADO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA PENAL: UMA PESQUISA SOBRE A EFETIVA TUTELA DAS VÍTIMAS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO CEARÁ	6,5	7	7,5	<b>7,0</b>
31	ANÁLISE DO PROGRAMA "NOS CONFORMES": O IMPACTO DO COMPLIANCE COOPERATIVO NA RELAÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTE SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DIALÓGICA	6,5	7,5	7	<b>7,0</b>
32	DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6,5	7,5	7	<b>7,0</b>
33	HOMOPARENTALIDADE COMO QUEBRA DE PARADIGMA À HETERONORMATIVIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	7	7	7	<b>7,0</b>
34	O DIREITO FUNDAMENTAL DE SER FILHO	6,5	7,5	7	<b>7,0</b>
35	O REGIME DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA ZPE COMO POSSÍVEL PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	7,5	7	6,5	<b>7,0</b>
36	OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS NOVAS ESTRUTURAS TRABALHISTAS E NA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO LABORAL	6,7	7	6,5	<b>6,7</b>
37	A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA LEI DOS MOTORISTAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE (LEI MUNICIPAL Nº 10.751/2018)	5,2	5	5	<b>5,1</b>

38	ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS APÓS 2014	5,2	5	5	5,1
39	A REFORMA TRABALHISTA: TELETRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL	5,1	5	5	5,0
40	A (IN)APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES INDÍGENAS DA GRANDE FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA	4,5	5	5,5	5,0
41	A APLICABILIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL – sob a perspectiva da gestão organizacional e financeira do Sistema Único de Saúde	5	5	5	5,0
42	A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO	4,5	5	5,5	5,0
43	A APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO ESTADO DO CEARÁ	5,5	5	4,5	5,0
44	A ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM FORTALEZA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE INICIATIVA FEDERAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES	5,5	5	4,5	5,0
45	A FUNÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE DOS TRIBUTOS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER: Uma nova perspectiva de políticas públicas no estudo das desigualdades de gênero	5	5	5	5,0
46	A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.	4,5	5,5	5	5,0
47	A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DA ADPF No 442	5	5	5	5,0
48	A POLÊMICA ACERCA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE ANENCÉFALO, O DIREITO À VIDA, E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	4,5	5,5	5	5,0
49	A SUSTENTABILIDADE DA SAÚDE SUPLEMENTAR E A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO: O CASO DAS DECISÕES DO REMÉDIO SPINRAZA	5	5	5	5,0
50	A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA	4,5	5	5,5	5,0
51	ABORTO SENTIMENTAL: UMA ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE DA LIMITAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA A PARTIR DA LEI DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	4,5	5,5	5	5,0
52	AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	4,5	5	5,5	5,0
53	AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E A PROMOÇÃO DE DIREITOS E OPORTUNIDADES AOS PRIVADOS DE LIBERDADE	4,5	5,5	5	5,0
54	ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	5,5	4,5	5	5,0
55	ATUAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO ACESSO A MEDICAMENTOS	4,5	5,5	5	5,0
56	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DO PROJETO PREVIDENCIÁRIO DE 1988	5	5	5	5,0
57	DA ANÁLISE JURÍDICO-PROCEDIMENTAL DOS ASPECTOS DEMOCRÁTICOS NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	5,5	4,5	5	5,0
58	DESGUALDADES REGIONAIS E FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS IMPACTOS DA LEI KANDIR NO ICMS	5	5	5	5,0

59	Do Direito Fundamental à Educação e à Cultura e a implementação de projetos sociais de ensino da música sacra nas comunidades carentes	4,5	5,5	5	5,0
60	EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	5	5	5	5,0
61	ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DA COPARTICIPAÇÃO PERANTE O RESSARCIMENTO AO SUS	5	5	5	5,0
62	EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: JUSTIFICATIVAS E LIMITES PARA UM NOVO MODELO DE COBRANÇA COATIVA	5,5	5	4,5	5,0
63	FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIGÊNCIA DO TETO DOS GASTOS APÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	5	5	5	5,0
64	IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO CONTRA A CRISE DE IDENTIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA	5	5	5	5,0
65	Inteligência Artificial aplicada às Finanças Públicas como ferramenta para garantir a efetividade do Controle Social sobre os gastos públicos.	5,5	5	4,5	5,0
66	INVIOABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL	5	5	5	5,0
67	JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FACE A NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL	5	5	5	5,0
68	MULHERES ENCARCERADAS E O ESTADO : OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS PRESTAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO DA MATA ESCURA/BA	4,5	5,5	5	5,0
69	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS MINORIAS NO BRASIL	5,5	4,5	5	5,0
70	O CRÍME DE ABORTO E O SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DIRETA POPULAR DIANTE DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	5	5	5	5,0
71	O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	5	5	5	5,0
72	O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: A necessidade de proteger dados pessoais pretéritos.	5,5	5	4,5	5,0
73	O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO: DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA CONJUNTURA VIOLADORA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	5	5	5	5,0
74	O ÊXODO RURAL: processo histórico, políticas públicas, as comunidades carentes em áreas de risco nos grandes centros e a dignidade da pessoa humana como direito fundamental	4,5	5,5	5	5,0
75	O MÍNIMO EXISTENCIAL DO DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DA SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA (STA) No 175 DO STF E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS	5	5	5	5,0
76	O PERCURSO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANÁLISES DE UMA POLÍTICA DO DIREITO DAS MINORIAS E O FORTALECIMENTO DE CIDADANIAS	5	5	5	5,0
77	O USO DO GEOPROCESSAMENTO PARA GARANTIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE: O USO DA GESTÃO FUNDIÁRIA EM ABORDAGEM PRÁTICA CARTORIAL	5	5	5	5,0

78	OS IMPACTOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL.	5,5	4,5	5	<b>5,0</b>
79	Os Impactos do Movimento Feminista nas Decisões do Supremo Tribunal Federal	5	5	5	<b>5,0</b>
80	OS TRIBUTOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DESTA TECNOLOGIA E A EXTRAFISCALIDADE COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.	5	5	5	<b>5,0</b>
81	PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS HUMANOS E O COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO MECANISMO COLABORATIVO DE PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL	5	5	5	<b>5,0</b>
82	TRANSCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A POSSIBILIDADE TARDIA DE RECONHECIMENTO DAS JURISDIÇÕES INDÍGENAS VIGENTES EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO	5	5	5	<b>5,0</b>
83	UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO VALE DO JARI EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI/ AP.	5	5	5	<b>5,0</b>
84	UMA ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E CUSTO DE OPORTUNIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	5	5	5	<b>5,0</b>
85	VIDA NUA: O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA	5	5	5	<b>5,0</b>
86	A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES COMO FORMA DE DAR EFETIVIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ENTE FEDERATIVO	5	4,5	5	<b>4,8</b>
87	A (DES)CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS: DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	<b>4,7</b>	5	4,5	<b>4,7</b>
88	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	<b>4,6</b>	4,5	5	<b>4,7</b>
89	ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS.	<b>4,6</b>	4,5	4,5	<b>4,5</b>
90	A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CEARÁ EM FACE DAPANDEMIA DA COVID-19	<b>4,5</b>	5	4	<b>4,5</b>
91	A EXIGÊNCIA DO TÍTULO DE ELEITOR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO POPULAR E O DILEMA DA CIDADANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1998: SER ÍNDIO OU SER CIDADÃO?	<b>4,5</b>	5	4	<b>4,5</b>
92	A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REAL DE LAJE: O RECONHECIMENTO DO SUJEITO DE DIREITO E A PREVENÇÃO DO CONFLITO	<b>4,5</b>	5	4	<b>4,5</b>
93	DISCURSO DE ÓDIO, MÍDIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ASPECTOS JURÍDICOS E (IN) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	<b>4,5</b>	4	5	<b>4,5</b>
94	RENDA BÁSICA UNIVERSAL: POR UM CAPITALISMO INCLUSIVO	<b>4,5</b>	5	4	<b>4,5</b>
95	GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM VIRTUDE DE ACOMETIMENTOS DE SAÚDE PSÍQUICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE LABORAL	4	4	5	<b>4,3</b>
96	A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO COMO FENÔMENO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	4	4	4	<b>4,0</b>
97	A APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES E PROCESSOS TRABALHISTAS NO ESTADO DO CEARÁ APÓS A LEI 13.467/2017.	4	4	4	<b>4,0</b>

98	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE E EFICÁCIA DE SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE FORTALEZA/CE	4	4	4	4,0
99	A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania.	4	4	4	4,0
100	A Inclusão Social dos idosos assistidos pelos Centros de Referências em Assistências Sociais (CRAS) na cidade de Parnaíba-PI a luz do Estatuto do Idoso	4	4	4	4,0
101	A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ	4	4	4	4,0
102	A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO COMBATE A CRIMINALIDADE: RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO POR MEIO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	4	4	4	4,0
103	A PROPORCIONALIDADE NA DECISÃO JUDICIAL QUE EXIGE CONTRACAUTELA PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	4	4	4	4,0
104	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JULGAMENTO DE PROCESSOS TRIBUTÁRIOS COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	4	4	4	4,0
105	ANÁLISE DOS LAUDOS PERICIAIS DA PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	4	4	4	4,0
106	Análise jurídica do Geopricing: ponderações ao poderio econômico das grandes corporações no contexto do comércio eletrônico	4	4	4	4,0
107	ATENDIMENTO SISTÊMICO JURÍDICO POPULAR: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO	4	4	4	4,0
108	ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA GARANTIDORA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO	4	4	4	4,0
109	COLISÕES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE, DAS FAKE NEWS E DO HATE SPEECH: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS EM FACE DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA POR MEIOS DIGITAIS.	4	4	4	4,0
110	DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ	4	4	4	4,0
111	Escola Inclusiva: Uma análise sobre a efetividade do direito à educação proposto pelas políticas públicas do MEC para crianças com deficiência no município de Fortaleza	4	4	4	4,0
112	JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS QUE NECESSITAM DE DISPÊNDIO DE RECURSOS HUMANOS.	4	4	4	4,0
113	MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	4	4	4	4,0
114	O DIREITO DE LIBERDADE E A POSSIBILIDADE DE SEUS LIMITES À LUZ DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSOS DE ÓDIO	4	4	4	4,0
115	O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IDEAL DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	4	4	4	4,0
116	O EVENTO DISCURSIVO DAS SÚMULAS VINCULANTES: SOBRE O ASSUJEITAMENTO DOS SENTIDOS E OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA.	4	4	4	4,0

117	O PAPEL DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS ADITIVAS EM FACE DO DESMONTE DO APARATO ESTATAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	4	4	4	<b>4,0</b>
118	O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E A PROTEÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO	4	4	4	<b>4,0</b>
119	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL: VALORAÇÃO DO TESTEMUNHO POLICIAL NOS PROCESSOS CRIMINAIS	4	4	4	<b>4,0</b>
120	PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS DOS BONS GESTORES PÚBLICOS	4	4	4	<b>4,0</b>
121	SEM ENDEREÇO CERTO E OCUPAÇÃO LÍCITA COMPROVADA: O PROBLEMA DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2010 A 2020	4	4	4	<b>4,0</b>
122	TRIBUTAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	4	4	4	<b>4,0</b>
123	OS DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS	<b>3,9</b>	4	4	<b>4,0</b>
124	DA VULNERABILIDADE AO EMPODERAMENTO: Estudo sobre a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	<b>3,7</b>	4	4	<b>3,9</b>
125	O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO. REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NA ORDEM ECONOMICA	<b>3,7</b>	4	3,5	<b>3,7</b>
126	BRASILEIRA. A FLEXIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO LABORAL E A ASCENDÊNCIA DO CONCEITO ESCRAVOCRATA IMPOSTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA APLICATIVOS	<b>3,7</b>	4	3,5	<b>3,7</b>
127	VIOLENCIA SIMBÓLICA EM ESPAÇOS VIRTUAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	<b>3,7</b>	4	3,5	<b>3,7</b>
128	Análise sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente no Brasil	<b>3,6</b>	3,5	4	<b>3,7</b>
129	A MEDIAÇÃO COMO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA E O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	<b>3,5</b>	3,5	3,5	<b>3,5</b>
130	A NECESSARIA VIRTUALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E A DIGITALIZAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA NOVA ONDA DE ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO TELETRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	<b>3,5</b>	4	3	<b>3,5</b>
131	ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA RELAÇÃO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	<b>3,5</b>	3,5	3,5	<b>3,5</b>
132	LIMITES DA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA TRANSAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS DE TRABALHO	<b>3,5</b>	4	3	<b>3,5</b>
133	POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROBLEMÁTICA DECORRENTE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PELA NÃO COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRAZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017.	<b>3,5</b>	4	3	<b>3,5</b>
134	A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E OS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA POLÍCIA	<b>3,4</b>	4	3	<b>3,5</b>
135	A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: A NECESSIDADE DE UMA JUSTIÇA FEITA POR MULHERES E (TAMBÉM) PARA MULHERES	<b>3,4</b>	3,5	3,5	<b>3,5</b>

136	ANÁLISE CRÍTICA DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PREVIDENCIÁRIAS Nos 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 E IMPACTOS NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS EMPREGADOS REGIDOS PELO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS.	3,3	3,5	3	3,3
137	A (IN) EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO FACE AO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	3	3	3	3,0
138	A LEI 10216/01 E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO GOVERNADOR STÊNIO GOMES	3	3	3	3,0
139	ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL QUE INSTITUI AS DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER E SUA CONCRETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA DO DIREITO	3	3	3	3,0
140	ATIVISMO JUDICIAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	3	3	3	3,0
141	DIREITO À SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO GARANTIDOR AO TRATAMENTO DOS PACIENTES RENAI	3	3	3	3,0
142	Direito de inclusão do Autista na Escola Regular	3	3	3	3,0
143	O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COMO DEFENSOR PERMANENTE DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO PROJETO OSCLEGAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DO CEARÁ	3	3	3	3,0
144	OS DIREITOS DAS MINORIAS E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES SUBNORMAIS DO ESTADO DO CEARÁ PARA A GARANTIA DA CIDADANIA EM CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA DA ANOMIA IMPLANTADA PELAS FACÇÕES CRIMINOSAS NESTAS LOCALIDADES E O RESTABELECIMENTO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS EM SEU CONTEXTO TELEOLÓGICO	3	3	3	3,0
145	OS OFÍCIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESIGUALDADES REGIONAIS E MECANISMOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ	3	3	3	3,0
146	POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DO CEARÁ: DESAFIOS E ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR AO LADO DO ESTADO	3	3	3	3,0
147	Seria o Ministério Público do Estado do Ceará um instrumento de poder de uma sociedade opressora, patriarcal e colonizadora?	3	3	3	3,0
148	A TRADIÇÃO DE REISADO EM JUAZEIRO DO NORTE - CE: Um estudo teórico-prático sobre o impacto dos direitos culturais na promoção da dignidade	2,3	3	3	2,8
149	A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO DIREITO DO TRABALHO, ESTABELECIDOS PELA LEI 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	2,5	3	2	2,5
150	LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE À PANDEMIA GLOBAL DO CORONAVÍRUS À LUZ DA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	2,2	3	2	2,4
151	Direitos Fundamentais e Políticas Públicas.	2	2	2	2,0
152	Questão Racial em Ambientes de Trabalho.	1,9	2	2	2,0
153	A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	0	0	0	0,0
154	A PROTEÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL FRENTE AO REGIME DE TELETRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	0	0	0	0,0
155	A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ALUSÃO AO PROJETO DE LEI 4.211/12	0	0	0	0,0
156	A RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS LABORAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	0	0	0	0,0



157	Controle de convencionalidade e sua aplicação pelo Estado brasileiro na proteção aos direitos humanos	0	0	0	0,0
158	DESORGANIZAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE: indicativos para a realização de políticas públicas na área de segurança	0	0	0	0,0
159	Direito do Trabalho das Pessoas com Deficiência, Do Assistencialismo Estatal à Real Efetivação dos Direitos Fundamentais: Análise da Realidade dos Trabalhadores com Deficiência do Transporte Público Coletivo do Município de Fortaleza.	0	0	0	0,0
160	DIREITO PENAL SUBTERRÂNEO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE CONTROLE ESTATAL NA POLÍCIA MILITAR	0	0	0	0,0
161	O DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.	0	0	0	0,0
162	O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO COMO MEIO EFICAZ DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DO TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE	0	0	0	0,0
163	O VALOR SOCIAL DO TRABALHO FRENTE A PREVALENCIA DO NEGOCIADO PELO LEGISLADO NA LEI 13.467/2017: LIMITES AO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O NEOTRABALHISMO EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR CIDADÃO	0	0	0	0,0
164	Os desafios de acesso aos cursos de pós-graduação em Direito (stricto sensu) na Universidades Federal do Ceará para as pessoas com deficiência.	0	0	0	0,0
165	POLÍTICA ECONÔMICA: VETOR IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0	0	0	0,0
166	Práticas restaurativas nas escolas como estratégia para a efetivação do direito fundamental à educação e a construção de uma cultura de paz	0	0	0	0,0
167	Princípio da proporcionalidade e Direito Penal: reflexão crítica a respeito da concretização do direito fundamental à segurança pública no Estado do Ceará	0	0	0	0,0
168	Reserva do possível: entre a efetivação dos direitos sociais fundamentais e o sistema constitucional orçamentário brasileiro	0	0	0	0,0
169	SEGURANÇA PÚBLICA: Princípio da Vedação do Retrocesso Social e Flexibilização do Estatuto do Desarmamento com reflexo nos crimes de homicídios.	0	0	0	0,0

Fortaleza, 24 de outubro de 2020.

*(ORIGINAL ASSINADA)*

**Prof. Dr. Francisco Gérson Marques de Lima (UFC)**

*(ORIGINAL ASSINADA)*

**Prof. Dr. Hugo de Brito Machado Segundo (UFC)**

*(ORIGINAL ASSINADA)*

**Prof. Dr. Marciano Seabra de Godoi (PUC/MG)**